



INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - DISUP/INCA
 Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
 Site

TERMO ADITIVO

Processo nº 25410.003529/2015-79

TERMO ADITIVO Nº 079/2018

**PRIMEIRO TERMO
 ADITIVO AO
 CONTRATO Nº
 069/2017, DE
 PRESTAÇÃO
 SERVIÇOS, QUE
 ENTRE SI
 CELEBRAM A
 UNIÃO, POR
 INTERMÉDIO DO
 INSTITUTO
 NACIONAL DE
 CÂNCER JOSÉ
 ALENCAR GOMES
 DA SILVA – INCA E
 A EMPRESA RTT
 INFORMÁTICA E
 TELECOMUNICAÇÕES
 LTDA – EPP.**

Presentes de um lado, a União, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – INCA** do Ministério da Saúde, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0171-50, situado na Praça Cruz Vermelha nº 23 - 4º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP. 20.231-130, neste ato representado pela sua Diretora Geral, **Dra. ANA CRISTINA PINHO MENDES PEREIRA**, portadora do documento de identidade no. 52.56540-4 expedido pelo CRM-RJ e inscrita no CPF/MF sob o no. 963.203.627-15, nomeada pela Portaria no. 1947 de 28/09/2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no D.O.U. em 29/09/2016, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa **RTT INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.978.612/0001-87, sediado(a) na Rua Roma, 192 – Bonsucesso – Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo(a) seu Representante Legal, Sr. **INACIO LARRAONA TAVARES**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1985104500 – CREA/RJ e CPF nº 799.514.307-91, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente termo aditivo ao contrato de prestação de serviços, Processo nº 25410.003529/2015 – INCA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei 8.666/93, IN 05/2017 – MPDG, de 25/05/2017 e demais legislações aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é:

1. Retificar a Cláusula Terceira do Contrato nº 069/2017 devido à necessidade de correção do valor contratual, passando a ter a seguinte redação:

"O valor estimado mensal do contrato é de R\$ 44.500,00 (Quarenta e quatro mil e quinhentos reais), sendo R\$ 41.666,67 referentes a serviços rotineiros e R\$ 2.833,33 pagos sob demanda, perfazendo o valor total anual de R\$ 534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro mil reais).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados."

2. Acrescentar no Contrato, com fundamento legal na alínea "a" do inciso I do Art. 65 da Lei nº 8.666/93, a partir da assinatura deste termo, os procedimentos para implantação e operacionalização da conta vinculada – bloqueada para movimentação, nos termos da IN 05/2017 – MPDG de 25/05/2017, na Cláusula PAGAMENTO, a seguinte redação:

Será descontado do valor mensal do contrato, pela CONTRATANTE, o percentual, estabelecido no Item 14 do Anexo XII da IN nº 05 de 25 de maio de 2017, referente às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias e abono de férias, 13º salário, impacto sobre férias e 13º salário, multa do FGTS e contribuição social por dispensa sem justa causa, a ser depositado na conta corrente vinculada.

A parcela glosada do valor mensal do contrato será depositada pela CONTRATANTE exclusivamente em banco público oficial, em conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem da CONTRATANTE.

A CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE autorização para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de obrigações trabalhistas dos empregados, ocorridas durante a vigência do contrato, devendo, para tanto, apresentar ao fiscal do contrato os documentos comprobatórios da ocorrência de obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

A CONTRATANTE, após confirmada a ocorrência da situação que ensejou o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, expedirá autorização de resgate, a qual será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA na forma correta.

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias úteis, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

O saldo remanescente da conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

A CONTRATADA deverá emitir a autorização de movimentação de conta vinculada pela Administração Pública Federal, nos termos do modelo do Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica firmado pela CONTRATANTE com a Instituição Financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente termo aditivo em extrato no DOU, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, como determinado no parágrafo único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, que não expressamente alteradas por este instrumento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível, para todos os fins e efeitos de direito.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo, na presença das testemunhas abaixo para que surta os efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Dra. ANA CRISTINA PINHO MENDES PEREIRA

Diretora Geral do

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - INCA/MS

Sr. INACIO LARRAONA TAVARES

Representante Legal da Empresa

RTT INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA – EPP



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Pinho Mendes Pereira, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva**, em 06/06/2018, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inacio Larraona Tavares, Usuário Externo**, em 25/06/2018, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Trajano dos Santos, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 25/06/2018, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Mario Sergio Machado Ferreira, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 25/06/2018, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no



art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4094859** e o código CRC **90682DD4**.

Referência: Processo nº 25410.003529/2015-79

SEI nº 4094859